

1. Introdução

O período que compreende as últimas décadas do século XX e o início do século XXI se caracteriza pelas significativas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, em escala mundial. No cenário da globalização e da crise estrutural do capitalismo, observamos a ênfase no debate sobre a sociedade civil tendo em vista a introdução de medidas político-ideológicas de corte neoliberal, que provocaram a redefinição do papel do Estado e propiciaram terreno fértil para a ampliação da atuação de diferentes organizações no âmbito social. Neste contexto, a presença das empresas tanto no plano econômico quanto no político e no social, acarreta novas inflexões para o Estado e para a proteção social.

No Brasil, desde os anos 1980, verificam-se expressivas mudanças a partir do processo de abertura política do país, após 20 anos de ditadura militar, e da emergência de movimentos sociais que desembocava na Constituição de 1988. A esse projeto democratizante soma-se outro, totalmente distinto, que é levado a cabo na década de 1990 e pauta-se na abertura econômica e na desregulamentação dos mercados, promovendo a inserção subalterna do país no sistema capitalista global. Além disso, a introdução de novos padrões de produção baseados em tecnologias de ponta, consubstanciam um processo que seguiu a tendência mundial e acarretou modificações no ambiente produtivo - em que o mercado de trabalho vem sendo submetido à flexibilização das relações trabalhistas – com sérias conseqüências na esfera social.

Nesse contexto, é implementada a reforma do Estado brasileiro com caráter eminentemente privatizante e desregulamentador, resultando em políticas que reduziram o papel do Estado. Desse processo, constatam-se alterações na configuração da sociedade civil contemporânea, ora marcada por novas modalidades de intervenção social, emergidas a partir da entrada em cena das entidades do terceiro setor e das empresas na prestação de serviços sociais.

Não obstante as alterações que incidem no plano econômico, igualmente, este cenário aponta para a formação de uma cultura que reafirma consensos em favor do sistema capitalista vigente. Tal realidade apresenta-se, assim, como um fértil campo de pesquisa para várias áreas do conhecimento, no sentido de ampliar

a compreensão acerca das novas relações que vêm sendo constituídas entre Estado e sociedade.

No âmbito dessas transformações, destacamos as experiências de responsabilidade social das empresas, aqui denominadas responsabilidade social corporativa¹, que propõem a construção de um espaço sistematizado de prestação de serviços sociais no interior das mesmas. Expandindo-se rapidamente entre as organizações empresariais privadas, governamentais e no denominado terceiro setor, a responsabilidade social carrega uma identidade própria e extrapola seus limites, inserindo-se num contexto mais amplo e permeado de relações ideológicas e políticas.

A cada dia, mais empresas vêm aderindo e incorporando às suas estratégias de gestão organizacional a linguagem e as práticas de responsabilidade social, implementando projetos sociais e divulgando seus Balanços Sociais na busca de se tornarem “socialmente responsáveis” e/ou “empresas cidadãs”. É possível encontrar, nos mais diversos meios de comunicação, informações acerca dos projetos sociais, ambientais, educacionais e culturais das empresas e seus resultados para a “melhoria da qualidade de vida” das comunidades.

Também, é perceptível o número crescente de organizações do chamado terceiro setor, compreendendo diversas entidades e instituições heterogêneas, que vêm se fortalecendo e ampliando seu escopo de atuação, tanto pelo envolvimento do empresariado quanto pelo fomento estatal. Lideranças empresariais, consultores de administração de empresas, professores universitários e profissionais de diversas áreas vêm construindo estratégias teórico-práticas e alardeando as vantagens competitivas da responsabilidade social corporativa, assim como a importância das organizações “socialmente responsáveis” para a construção de um “mundo melhor e mais justo”.

Portanto, para esta pesquisa, a análise sobre a responsabilidade social pauta-se nos fenômenos sociais mais amplos que a determinam e a explicam. Este enfoque deriva da observação de que a responsabilidade social das empresas emerge e toma visibilidade juntamente com as alterações societárias decorrentes

¹ Aqui optamos por adotar a nomenclatura “responsabilidade social corporativa”, mas poderíamos utilizar apenas responsabilidade social ou ainda, responsabilidade social empresarial, sem prejuízo ao conteúdo do fenômeno que pretendemos analisar.

dos processos de reforma do Estado. Tais processos acarretam modificações nas formas de proteção social, pelo deslocamento do modelo de desenvolvimento keynesiano-fordista e, especificamente, no Brasil, com o rompimento dos padrões indicados pela Constituição de 1988.

Neste estudo, entendemos a responsabilidade social corporativa inserida no âmbito de uma nova forma de atendimento às demandas sociais, resultante da reforma do Estado, na qual há, por pressuposto, a divisão de responsabilidades entre Estado-mercado-sociedade, que sustenta-se na idéia de solidariedade social. O Estado não mais se coloca como principal responsável pela proteção social, tendo em vista que setores privados são chamados a atuar nesse campo. As empresas entram nesse contexto construindo, em seu interior, um espaço organizado de prestação de serviços sociais, através das práticas de responsabilidade social corporativa, que incentivam o envolvimento individual e institucional no enfrentamento da questão social.

É nesse contexto que se inserem os assistentes sociais, profissionais requisitados pela empresa para atuar na formulação e execução dos programas de responsabilidade social. Partimos do pressuposto que estes programas abarcam uma proposta de ação social empresarial direcionada para um projeto hegemônico de sociedade, centrada no mercado, e que, de acordo com Gramsci, busca exercer a direção e o consenso através de seus aparelhos privados. Assim, legitimados pela sua intervenção social, o empresariado busca disseminar um conjunto de pedagogias que formam um ideário empresarial e que, acreditamos, produzem consequências para a atuação profissional dos assistentes sociais que têm que responder, rapidamente, às novas demandas postas pelo capital.

Diante disso, é relevante questionar: do que exatamente se trata a responsabilidade social das empresas? Em que contexto histórico e político ela surge? Qual a sua contribuição social? Que lógicas e raciocínios estão presentes em tal questão? Como se inserem os assistentes sociais nas ações sociais das empresas? Quais as requisições postas pela racionalidade da responsabilidade social corporativa aos assistentes sociais? Quais os impactos desta racionalidade na prática profissional do assistente social e no projeto ético-político do Serviço Social? O presente estudo pretende contribuir com reflexões sobre essas indagações.

Apesar de já dispormos de algumas pesquisas sobre o assunto, no âmbito das Ciências Sociais e algumas, especificamente, no Serviço Social, a responsabilidade social corporativa pode ser considerada um fenômeno relativamente recente, principalmente se considerarmos que grande parte dos estudos foram realizados na década atual. Estudiosos como Beghin (2005), Capellin (2002), Cheibub e Locke (2002), Cesar (2008), Garcia (2004) e Paoli (2002) vêm se dedicando a analisar a atuação social do empresariado brasileiro. Entretanto, observamos que existem poucos trabalhos que abordem o tema sob a ótica dos profissionais que atuam nos programas de responsabilidade social.

Nesse contexto, o estudo acerca dos impactos ocasionados pela racionalidade da responsabilidade social corporativa para a atuação dos assistentes sociais, bem como seus efeitos no Projeto Ético-Político do Serviço Social, a partir da vinculação deste fenômeno com o projeto neoliberal iniciado nas décadas de 1980 e 1990, tomando como exemplo o caso de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas empresas subsidiárias, faz-se pertinente.

Ressaltamos que a prática da responsabilidade social corporativa não é privativa do assistente social. Mas, uma pesquisa desta natureza, desenvolvida num Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, adquire relevância por ser esta uma profissão que tem como eixo central a intervenção nas mais variadas formas em que se expressa a questão social.

A alusão acima, sobre a contribuição possível desta pesquisa, se sustenta, ainda, na observação cuidadosa de que parte considerável da literatura sobre responsabilidade social corporativa no Brasil aponta para dois aspectos: uma evocação positiva e instrumental desse fenômeno pela área da Administração e outra, mais crítica, a abordagem das Ciências Sociais, que se concentra num olhar mais cauteloso acerca das relações que se estabelecem num projeto de sociedade neoliberal. Não desprezando a importância deste recorte para o estudo do tema, gostaríamos de reiterar, todavia, como bem coloca Iamamoto (2005), que existe uma carência de literatura especializada e estudos que abordem o assistente social como “sujeito profissional” nesse processo.

Aqui, consideraremos, em especial, o assistente social que tem nas empresas seu espaço de atuação profissional, e que é muitas vezes visto com estranhamento pela própria categoria profissional e pelo meio acadêmico. Destacamos, portanto, uma necessidade premente de aprofundamento teórico-

metodológico, como via para a construção de novas alternativas de enfrentamento às expressões da questão social, através da ampliação do espaço profissional do Serviço Social nas empresas e da elaboração de pesquisas que tragam novos aportes de significados, que auxiliem o assistente social a repensar a sua lógica de atuação. Atuação esta que se estabelece de forma essencialmente contraditória, visto que “a organicidade com objetivos corporativos que lhes é exigida esbarra na condição de serem os próprios profissionais vendedores da sua força de trabalho, pertencentes à classe sobre a qual incide sua atuação de cunho político-ideológico” (Mota, 1998, p.144).

Apresentar propostas de trabalho críticas e criativas frente às exigências postas pela hegemonia do capital, defendendo suas condições de trabalho e resistindo às práticas de passivização, são os principais desafios colocados, na atualidade, ao assistente social e aos demais trabalhadores *que vivem do seu trabalho* (op. cit., p.145). Isto porque acreditamos que as limitações e dificuldades impostas hoje aos assistentes sociais, num cotidiano permeado por conflitos entre objetivos profissionais e objetivos corporativos, aliados à necessidade permanente de ratificar a sua importância para a organização, afetam sobremaneira o produto final de seu trabalho.

Assim, tomamos por referência as transformações societárias que atravessaram a virada do século XXI, onde o modelo de desenvolvimento que determinou a ampliação da esfera dos direitos sociais, como expressão da cidadania, passou a dar sinais de esgotamento. Para a superação da crise, ganharam corpo medidas de corte neoliberal que canalizam a redução do papel do Estado e o fortalecimento da esfera privada como setor de regulação social. Este cenário, como mencionamos acima, indica mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade civil, ao que se inclui a responsabilidade social, como uma nova proposta de resposta às expressões da questão social².

² A questão social aparece como elemento central no processo de industrialização e de implantação do modo capitalista e do surgimento do proletariado e da fração industrial da burguesia (Cerqueira, 1982, p. 57). Para Yamamoto (1982, p. 77) a “*questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.”

Para atingir os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa de campo exploratória, através da abordagem qualitativa, junto aos assistentes sociais responsáveis pelos programas de responsabilidade social de Furnas Centrais Elétricas S.A., empresa estatal de grande porte do setor elétrico brasileiro, e suas subsidiárias, a Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e a Caefe - Caixa de Assistência dos Empregados e Aposentados de Furnas e Eletronuclear.

A razão de incluirmos as empresas satélites na pesquisa se justifica pelo fato destas integrarem o Balanço Social de Furnas, pois fazem parte da política de recursos humanos da empresa, e, portanto, desenvolvem também os programas de responsabilidade social interna da empresa matriz.

O critério utilizado para a seleção dos profissionais entrevistados se deu pela inserção dos assistentes envolvidos, diretamente, nos programas de responsabilidade social corporativa interna e externa. Trabalhamos com cinco assistentes sociais, os quais representam a totalidade de profissionais que atuam nos referidos programas: dois profissionais de Furnas (um na coordenação e outro na operacionalização das ações), um profissional lotado na Real Grandeza (operacionalização) e outros dois na Caefe (coordenação e operacionalização).

As entrevistas semi-estruturadas foram utilizadas por se constituírem numa conversação informal, alimentada por perguntas abertas a partir de um roteiro prévio (em anexo), proporcionando uma maior liberdade ao informante e, sempre que possível, foram gravadas. Para preservar a identidade dos participantes, não constarão dados que permitam a identificação dos mesmos. Assim, classificamos os entrevistados da seguinte forma: assistentes sociais A, B, C, D e E.

A definição dos entrevistados se deu pelo critério de serem estes os assistentes sociais que, de fato, desenvolvem as ações de responsabilidade social, no âmbito das organizações que compõem o sistema Furnas, estejam eles em postos de coordenação ou não. Com isso, acreditamos prover a pesquisa de heterogeneidade, já que não restringimos nossa análise aos gestores dos referidos programas. Objetivou-se com tal procedimento metodológico levantar os dados de realidade que indicassem pistas para a análise do tema.

Realizamos, ainda, levantamento documental acerca das políticas internas de Furnas e leitura bibliográfica dos títulos voltados para a responsabilidade social

corporativa, tanto no universo da Administração quanto do Serviço Social, já que não dispomos de uma massa considerável de trabalhos no campo empresarial.

Cabe ressaltar que a pesquisa documental se deu a partir da análise de documentos estratégicos da empresa - tais como a política de recursos humanos, o balanço social dos anos de 2006 a 2008, a política de cidadania empresarial e responsabilidade social, projetos sociais e respectivos relatórios, além de material publicitário (folders, cartilhas, cartazes, etc.). Acreditamos que a utilização destas fontes se constituem um indispensável instrumento de investigação, para a pesquisa elaborada, visto que nos possibilitou retomar o histórico do surgimento da responsabilidade social de Furnas e confrontá-lo com a experiência empírica de participar de tal evento na condição de assistente social integrante do primeiro comitê de empregados, formado no período de 1993/94 e do grupo formulador e executor das primeiras atividades do programa de responsabilidade social institucional.

Após a coleta de dados, realizamos a sistematização do material e a análise dos mesmos a partir das categorias analíticas: responsabilidade social corporativa, Serviço Social, Estado, sociedade e direitos sociais, além de outras categorias subjacentes ao objeto da pesquisa. Portanto, à luz do referencial teórico sistematizado na pesquisa bibliográfica analisamos, em correlação com os dados coletados na pesquisa documental, a fala e as práticas dos assistentes sociais de Furnas e das empresas subsidiárias.

Os resultados da pesquisa são apresentados nos capítulos que compõem este trabalho. No capítulo 2, tratamos de resgatar a literatura acerca das transformações de corte neoliberal, ocorridas desde o final do século XX, que acarretaram mudanças nos campos econômico, político, social e cultural, especificamente, retratando os contornos da relação entre Estado e sociedade e a emergência do terceiro setor, a partir da reforma do Estado brasileiro.

No capítulo 3, dissertamos acerca da entrada em cena da responsabilidade social no terreno empresarial, destacando três acontecimentos emblemáticos que marcam a emergência do fenômeno no Brasil: o Prêmio ECO³ (1982), a fundação

³ Assim denominado pelo significado da palavra: ressonância, repetição de um som emitido, propagação ou disseminação de uma idéia.

do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), em 1987, e do Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (Gife), em 1995. Apontamos, ainda, neste capítulo, algumas definições sobre o fenômeno da responsabilidade social corporativa e suas semelhanças e diferenças com o conceito de filantropia empresarial, tão expressa e contundentemente rejeitado pelos profissionais entrevistados durante o trabalho de campo.

No capítulo 4 partimos de uma breve descrição de Furnas Centrais Elétricas S.A. e das empresas satélites que compõem esse conglomerado, com o objetivo de melhor situarmos em que contexto atuam os profissionais de Serviço Social e no qual são desenvolvidos os programas de responsabilidade social. A seguir, realizamos um histórico do surgimento do programa de responsabilidade social institucional, articulado ao processo de privatização da década de 1990, para o qual Furnas foi preparada, mas que não ocorreu, em grande medida, pela forte resistência do movimento sindical do setor elétrico. Entendemos que ambos os fenômenos decorrem do avanço do projeto neoliberal, iniciado no governo Collor e levado a cabo, pelo advento da reforma do Estado brasileiro, nos governos FHC. Suas conseqüências e, em alguns casos, continuidades, ainda são percebidas no governo Lula.

E, finalmente, no capítulo 5, apresentamos os resultados da pesquisa realizada junto aos assistentes sociais, à luz do referencial teórico sistematizado na pesquisa bibliográfica e dados colhidos na pesquisa documental, analisando os impactos da racionalidade da responsabilidade social corporativa para o trabalho dos assistentes sociais de Furnas e de suas empresas subsidiárias e, ainda, seus reflexos para o projeto ético-político do Serviço Social.